



PESQUISA. Depois de um ano rodando o Estado, *Inventário e Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial de Alagoas* nos traz uma documentação de saberes, ofícios, modos de fazer e celebrações. Desenvolvido pelo Iphan, pela Secult e pela Ufal, projeto encontrou riquezas perdidas e esquecidas

A IMATERIALIDADE DA CULTURA ALAGOANA

LARISSA BASTOS
REPÓRTER
FELIPE MIRANDA*
ESTAGIÁRIO

Ela esteve bem perto de desaparecer. Foi por pouco. Não fossem as delicadas mãos de dona Marina, infelizmente falecida em 2006, a Singeleza – um tipo de renda todo especial, uma trama bastante simples, mas uma minúscula rede de nós – teria tido seu fim ali mesmo, na lagunar Marechal Deodoro. Para que isso não acontecesse, uma dupla de arquitetas teve a ideia de salvar, ainda em 2003, esse saber.

Foi com esse projeto que teve início a retomada da renda, que, após um longo processo, se tornou, em 2013, Patrimônio Imaterial de Alagoas. Junto com ela, temos ainda alguns poucos representantes nessa seara: o Camarão do Bar das Ostras, o doce de caju de Ipioca, o filé e, por último, o conhecido e aclamado sururu, talvez representante-mor da cultura negra alagoana.

O número relativamente baixo diante de uma diversidade cultural tão rica

pode ser explicado: a legislação que regulamenta a proteção de saberes, ofícios, modos de fazer, celebrações, formas de expressão e lugares (como mercados, feiras e santuários de práticas coletivas) é relativamente nova. O decreto presidencial que trata sobre isso, por exemplo, é apenas dos anos 2000 – já a lei estadual que institui esse registro é de 2011.

Mas uma experiência pioneira no País pode mudar essa realidade. Trata-se do Inventário e Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial de Alagoas, um projeto com pesquisadores da Universidade Federal (Ufal) e encabeçado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e pela Secretaria de Estado da Cultura (Secult) que rodou terras caetés em busca de novos patrimônios imateriais.

Tendo como foco o estudo e a documentação de folguedos, mestres, casas de farinha, cantigas, conhecimentos gastronômicos, entre muitos outros, a iniciativa passou um ano rodando os 102 municípios. Querendo descobrir o que havia de escondido

– ou até mesmo perdido – por lá. O trabalho chegou ao fim e, apesar de os dados ainda estarem sendo catalogados, já rendeu bons frutos.

Nas andanças, as equipes se depararam, por exemplo, com toda a riqueza das feiras alagoanas. “É a comida que alimenta o corpo e o corpo que alimenta a prática. Temos ainda outros aspectos, já que dentro da feira podemos encontrar vários espaços de significação. Temos o restaurante, o bar onde as pessoas dançam, o barbeiro. São espaços de encontro mesmo de pessoas de localidades diferentes”, explica a antropóloga Madalena Zambí.

Os tesouros das casas de farinha, que, no tempo áureo, chegavam a ter até 50 pessoas trabalhando nelas diariamente, também impressionaram os pesquisadores. Além das danças e cantigas, os quitutes, como a macazada, o pé-de-moleque e o beiju, foram revividos nas anotações do grupo, que percorreu povoados e zonas rurais de absolutamente todas as cidades de Alagoas. “Em Traipu, consegui-

mos o relato da Dança do Piau. Depois de todo o processo de mandioca-da, quando ele acabava, as pessoas dançavam coco-de-roda em torno de uma garrafa que ficava pendurada durante todos os dias do feito da farinha. Quando acabava, eles desciam essa garrafa, que estava toda adornada, e aí bebiam, cantavam e dançavam”, expõe Louise Cerqueira, doutoranda em Arquitetura e participante do projeto.

“Também temos aspectos pontuais como o do coco-de-roda, que durava horas, então tivemos relatos das caldeiradas que eram feitas para que as pessoas se alimentassem e pudessem voltar a dançar. Outra questão foi a caldeirada de jacaré de Penedo, um prato famoso. Hoje a caça de jacaré é proibida, então, mesmo sabendo que ela ainda acontece, não conseguimos relatos porque as pessoas têm medo de falar. Mas sabemos que esse saber e essa memória existem”, acrescenta a pesquisadora.

Junto com Madalena e outras 23 pessoas, ela integrou a equipe Estudos

das Paisagem, que percorreu 48 municípios em busca das pérolas da cultura local.

Foram 6.545 quilômetros percorridos por terra, além de outros 250 de barco, que resultaram em 1.800 gigabytes de fotos e vídeos e 1.800 páginas de transcrições de entrevistas, resultando em 700 referências culturais encontradas – os dados gerais, dos outros grupos, estão sendo tabelados.

Como não poderia deixar de ser, muita coisa surpreendeu no projeto. Algumas realmente difíceis de serem previstas. “Temos muitos arquitetos no grupo, mas nós, da comunicação, acabamos tendo contato com algo muito diferente do que vemos no curso. Somos muito induzidos, durante a graduação, a aperfeiçoar a parte técnica. Essa relação mais humana fica esquecida e, com o projeto, abri horizontes para ver como eu podia estudar comunicação sob outra perspectiva. Isso me surpreendeu muito, assim como a simplicidade das pessoas”, diz a estudante de jornalismo Andressa Alves, também

membro da equipe.

De acordo com a coordenadora do Estudos da Paisagem e também de todo o projeto, Maria Angélica da Silva, as andanças pelo Estado foram apenas o primeiro passo da iniciativa.

Agora, todo o material será entregue ao Iphan e a ideia é que os relatórios possam ser formatados em produtos audiovisuais e exposições, entre outros, além de servir para que alguns desses saberes sejam registrados como Patrimônio Imaterial.

“O próprio Iphan também pode indicar algumas das práticas que elencamos para registro nacional. A pesquisa foi toda registrada em fotos e vídeos”, destaca ela, acrescentando que também foram feitos desenhos, uma forma de criar um laço ainda mais estreito com os entrevistados. “Era mais uma forma de as pessoas que entrevistamos se inteirarem e também se aproximarem mais do trabalho. Foi um mecanismo de troca, de identificação”.

* Sob supervisão da Editoria de Cultura
Continua nas páginas B2 e B4.